ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, KEL TORRES, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 170 e 179/22 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo, respectivamente, os autógrafos do

Projeto de Lei n. 159/22 e do Projeto de Lei Complementar n. 3/22, os quais, sancionados, constituíram-se, respectivamente, na Lei n. 9.641/22 e na Lei Complementar n. 80/22; Ofícios n.s 171, 173, 174, 175, 176, 177 e 178/22 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleitos da CMS; Projetos de Lei n.s 174/22 do vereador Joceval Rodrigues, 175 e 176/22 do vereador Randerson Leal e 177/22 da Mesa Executiva; Moções n.s 171/22 do vereador Sabá e 172/22 do vereador Marcelo Maia; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente saudou os agentes de saúde e de endemias, contando ter estado em reunião com o vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, tratando do pleito relativo ao piso salarial da categoria. Explicou que, para se dar andamento sobre esse pleito, seria necessária a instalação da Comissão de Saúde. Lembrou já ter realizado duas convocações, através do Diário Oficial, para se estabelecer essa Comissão, sendo que tais convocações não deram resultado. Disse aos agentes de saúde que eles teriam de cobrar resposta dos vereadores que não haviam atendido às convocações, caso contrário, sequer os estudos sobre a questão poderiam ser feitos. Leu a relação dos vereadores que haviam sido convocados à Comissão: para membros, Maurício Trindade (presidente), José Antonio (vice-presidente), Daniel Alves, Débora Santana, Duda Sanches, Luiz Carlos de Souza e Maria Marighella; para suplentes, Cláudio Tinoco e Joceval Rodrigues. Assinalou que somente a vereadora Maria Marighella atendera às duas convocações. Disse que poderia recorrer à via judicial para resolver essa questão da Comissão ou, para o mesmo fim, realizar uma eleição por ele mesmo conduzida, e sublinhou que assim o faria pela importância do tema, o qual situou além das diferenças partidárias. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha informou encontro com a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE) para tratar do assunto, quando se aventara a criação de uma comissão. O senhor presidente respondeu ser necessário instalar a comissão permanente e indagou se vereador Leandro Guerrilha era a favor disso. O vereador Leandro Guerrilha declarou-se a favor.

O senhor presidente pediu que formassem a Comissão neste momento. Com a palavra, o vereador Paulo Magalhães Júnior saudou os agentes de saúde, cujo pleito afirmou ser importante para o seu bloco. Apresentou cálculo que apontava, para o valor do piso pleiteado, somado às gratificações, um montante acima de seis mil reais, o que explicou estar fora do alcance da Prefeitura. Destacou a responsabilidade em se cumprir compromissos e defendeu um denominador-comum sobre a demanda. O senhor presidente, registrando o interesse do vereador Luiz Carlos de Souza pelo pleito dos agentes de saúde e observando estarem presentes quase todos os edis convocados para a Comissão de Saúde, propôs a instalação imediata da Comissão, com a substituição dos vereadores Debora Santana e Duda Sanches, ausentes no momento, pelos vereadores Ricardo Almeida e Leandro Guerrilha. O vereador Paulo Magalhães Júnior declarou que a Comissão estaria pronta quando o Projeto dos agentes estivesse pronto. O senhor presidente explicou que a formação da Comissão era para se iniciarem estudos e haver audiência pública. O vereador Paulo Magalhães Júnior contrapropôs que, em atendimento ao Regimento Interno (RI), houvesse reunião no dia seguinte para, em seguida, formar-se a Comissão. O senhor presidente destacou a emergencialidade do caso e apelou para a formação imediata da Comissão. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que o mais importante era um acordo para se resolver a questão mediante o respectivo Projeto. O senhor presidente indagou ao vereador Daniel Alves se ele concordava com a instalação imediata da Comissão. O vereador Daniel Alves declarou respeito ao senhor presidente e disse que a formação imediata da Comissão não a legitimaria. Apontou falta de proporcionalidade na formação proposta. O senhor presidente disse que se poderia declinar da proporcionalidade em favor do que o bloco governista indicasse. O vereador Daniel Alves afirmou que o debate prescindia da Comissão, e o senhor presidente respondeu que a Comissão era necessária para o fito de debater. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito declarou ser necessário encerrar o impasse

para se atender aos trabalhadores. Asseverou o direito das minorias na democracia, com base na Constituição Federal, e concluiu que a minoria, na CMS, poderia formar a Comissão de Saúde. Pela ordem, o vereador Daniel Alves enalteceu a estatura do vereador Edvaldo Brito e indagou se a proporcionalidade das comissões estava sendo respeitada. O senhor presidente observou que a questão da proporcionalidade estava *sub judice* e declarou confiança no Tribunal de Justiça. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues observou que o vereador Maurício Trindade, na reunião da SEMGE, declarara-se membro da Comissão de Saúde, mas, neste momento, estava entre os que se recusavam a formar a Comissão. Considerou desrespeitoso o salário de 877 reais dos agentes e defendeu um novo salário, mesmo acima de seis mil reais. O senhor presidente indagou, novamente, sobre a instalação da Comissão de Saúde. O vereador Paulo Magalhães Júnior reiterou que, não havendo o Projeto dos agentes, não seria a favor da imediata instalação. O senhor presidente disse que o vereador Edvaldo Brito, como procurador parlamentar, elaboraria parecer sobre a questão e que, se o entendimento desse parecer, junto com o da Procuradoria Geral da CMS, fosse pela possibilidade de a minoria formar a Comissão, ela seria instalada na semana seguinte. Em seguida, na **Tribuna Popular**, a senhora Elaine Alves, do Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE do Brasil (FNARAS), disse que era advogada da categoria dos agentes de saúde havia muitos anos e que a condição dos agentes de Salvador era a pior do País. Criticou o fato de as discussões sobre o piso mirarem valores financeiros, mas não, o número de vidas que esses profissionais salvavam. Afirmou que a administração municipal não escolhia priorizar a prevenção. Pediu que todos os edis escolhessem o mesmo lado, o dos trabalhadores e do povo. Pediu, ainda, a imediata instalação da Comissão de Saúde. Afirmou a necessidade de haver o triplo do número de agentes de saúde na Cidade. O senhor presidente apelou, novamente, para que a Comissão de Saúde fosse instalada, e o vereador Paulo Magalhães Júnior reiterou a sua posição contrária.

O senhor presidente mencionou a possibilidade de uma chapa, para a Comissão, com os vereadores Ricardo Almeida e Maurício Trindade, e considerou que o vereador Maurício Trindade era a favor dos agentes de saúde, mas estava sob a pressão de alguns pares. Em seguida, comentou sobre uma mudança do circuito do Carnaval que era aventada sem consulta às pessoas relacionadas ao evento e aos bairros afetados. Afirmou a posição da Casa como parte a tratar dessa questão. Em comunicação inadiável, o vereador Alexandre Aleluia posicionou-se contra a mudança no Carnaval feita dessa maneira. Em comunicação inadiável, o vereador Sílvio Humberto contou ter recebido o grupo SOS Barra, que manifestara contrariedade sobre se mudar o circuito sem se ouvirem as pessoas. Dando-se seguimento à **Tribuna Popular**, o senhor Pedro Barretto Ribeiro, da Associação Baiana de Salvamento Aquático (ABASA), expôs sobre a falta de estrutura da Salvamar, contando que o problema fora levado ao Ministério Público do Trabalho, o qual movera Ação Civil Pública. Contou que muitas áreas suburbanas ficavam desatendidas, o que gerava ocorrências com morte, e que havia muitos projetos de indicação para se resolver o problema. Relatou que usuários de drogas e delinquentes invadiam o espaço dos profissionais de salvamento. Apontou descaso do Poder Público sobre esse problema e sobre o problema de remuneração dos salva-vidas. Disse que, em Salvador, aumentavam os índices de afogamento, os quais diminuíam no resto do País. Explicou que uma morte por afogamento custava mais de 200 mil reais, valor que poderia ser investido em prevenção. Contou sobre audiência pública na qual foram feitas proposições. O senhor presidente solidarizou-se com o orador e seus representados, defendendo o respeito a todos eles. Em comunicação inadiável, o vereador Carlos Muniz fez denúncia sobre comissão de licitação que atuava sobre centros de atendimento de saúde. Informou que muitas irregularidades vinham sendo apontadas, as quais deveriam levar à desclassificação de postulantes em licitações. Relatou que a entidade Isaac Instituto de Saúde e Cidadania desatendera diligência, mas recebera nova

oportunidade de proposta, e que isso mantinha um patamar de gasto público acima do limite permitido. O senhor presidente indagou como poderia não existir uma Comissão de Saúde para tratar desse assunto. Prosseguindo, o vereador Carlos Muniz disse que tais condutas nunca haviam ocorrido e que a Isaac Instituto de Saúde e Cidadania tinha outras irregularidades apontadas judicialmente. Pediu a convocação da comissão de licitação para dar explicações e informou que um membro dessa comissão alegara que as práticas tinham respaldo do Palácio Thomé de Souza. Indagou se a recusa em instalar a Comissão de Saúde teria relação com essa questão. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos Suíca propôs a convocação do Conselho do Carnaval (Concar) para se discutir a mudança do circuito carnavalesco, e o senhor presidente disse que a Sessão Ordinária seguinte seria convertida em Sessão Especial para se discutir o assunto. O senhor presidente disse ainda que, após a denúncia sobre as licitações, insistiria na instalação da Comissão de Saúde. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo julgou inconsistente a denúncia sobre as licitações e declarou que, mesmo assim, a Prefeitura não se eximiria de uma avaliação, inclusive por ter suas ações sempre auditadas. O senhor presidente defendeu Comissão Especial de Inquérito (CEI), subscrita por todos os edis após chamada nominal, para apurar essas denúncias. Prosseguindo, o vereador Kiki Bispo lembrou que o vereador Carlos Muniz já se pronunciara sobre irregularidades no Governo do Estado, as quais não vieram a ser apuradas. Sobre a formação das Comissões da Casa, pontuou que um parecer não poderia se sobrepor ao RI e afirmou que, uma vez constituídas, as Comissões apurariam denúncias sobre o Município e o Estado. O senhor presidente explicou não ter dito que um parecer se sobreporia ao Plenário, mas sim, ter afirmado que tal parecer traria elementos para a constituição da Comissão. Sobre os conteúdos trazidos pelo vereador Carlos Muniz em outro momento, disse que não mirava o passado e que a questão atual seria objeto de CEI. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz disse que não era submisso a qualquer chefe do Executivo, fosse do

Município ou do Estado. O senhor presidente disse que as urnas dariam a resposta sobre quem era a favor ou contra a formação da Comissão de Saúde e reafirmou que a questão estava acima de interesses partidários. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo disse que nunca apontara submissão. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Laina Crisóstomo registrou a ausência de mulher na base governista e criticou discursos que pareciam respostas dadas em nome de outros. Saudou os agentes de saúde, criticando o salário-base da categoria por ser abaixo do salário-mínimo. Mencionou a pobreza e o desemprego na Cidade e pediu o cumprimento do piso salarial da categoria já garantido no plano federal. Disse que a empresa mencionada pelo vereador Carlos Muniz respondia a mais de 140 processos e pediu que a Comissão de Saúde fosse instalada. O vereador Carlos Muniz exibiu o vídeo de uma canção para encorajar os agentes de saúde. Pela ordem, o vereador Randerson Leal pediu ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vereador Alexandre Aleluia, a convocação da comissão de licitação denunciada. Consultado pelo senhor presidente, o vereador Alexandre Aleluia explicou que, por disposição normativa, somente poderia convocar o secretário da Saúde e declarou seu voto a favor dessa convocação. O senhor presidente pôs a convocação do secretário da Saúde em votação na CCJ e, também, na Comissão de Finanças e Orçamento. Ambas as Comissões decidiram pela convocação. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior observou que a convocação não fora submetida ao Plenário, mas, somente, às duas Comissões. Submetida ao Plenário, a convocação foi aprovada, contra os votos dos vereadores Daniel Alves, Kiki Bispo e Paulo Magalhães Júnior, e com os votos favoráveis dos vereadores Alexandre Aleluia, Augusto Vasconcelos, Carlos Muniz, Hélio Ferreira, Luiz Carlos Suíca, Maria Marighella, Marta Rodrigues, Randerson Leal, Sandro Bahiense, Sílvio Humberto e Tiago Ferreira. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior afirmou que a quantidade de votos favoráveis era insuficiente para a convocação do secretário. O senhor presidente não acolheu essa contestação. Foi promulgada

a Resolução n. 3.101/22. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Joceval Rodrigues e Maurício Trindade (ambos, 31 de maio). Pela ordem, o vereador Augusto Vasconcelos afirmou que a Comissão de Saúde deveria ter sido instalada desde o início da Sessão e que a proporcionalidade era estabelecida no conjunto das comissões. Observou que os vereadores convocados para a Comissão de Saúde eram, na maioria, governistas e que os oposicionistas sequer pleitearam a Presidência ou a vice-Presidência da Comissão. Sobre a convocação do secretário da Saúde, afirmou que o critério de aprovação era o da maioria simples, a qual fora alcançada na votação. Considerou que interesses eleitorais tentavam se sobrepor a direitos de trabalhadores e que havia chantagem na recusa em se formar a Comissão de Saúde. Sobre o salário dos agentes de saúde, criticou mecanismos da Prefeitura que subtraíam recursos em caso de o trabalhador não poder trabalhar. O senhor presidente informou que, após acordo com a Associação dos Servidores da Câmara Municipal (ASCAM), o reajuste dos servidores da CMS seria votado na Sessão seguinte. Pela ordem, o vereador Daniel Alves apontou fala do vereador Augusto Vasconcelos na qual ele defendera que o RI poderia ser relativizado para se evitarem engessamentos. Expressou o receio de que essa ideia, em ano de acirramentos eleitorais, gerasse precedentes negativos. O senhor presidente respondeu que o vereador Augusto Vasconcelos somente defendera a soberania do Plenário. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia afirmou haver base regimental para a convocação do secretário da Saúde e propôs que o atendimento a essa convocação fosse realizado em Plenário, o que foi aceito pelo senhor presidente. Em comunicação inadiável, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que, em razão da maneira como fora feita a convocação, o secretário da Saúde não viria à Casa. Em comunicação inadiável, o vereador Alexandre Aleluia expressou contrariedade sobre isso, e o senhor presidente declarou estar certo de que o vereador Paulo Magalhães Júnior repensaria a posição manifestada. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou

encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO